



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

120
d

**Recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 259295-4 -
Comarca do Recife**

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: Celecina Pereira do Nascimento.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADMISSÃO DO RECURSO DE AGRAVO. RETRATAÇÃO. ACOLHIMENTO DOS ACLARATÓRIOS. EXCESSO RECONHECIDO. INTEGRAÇÃO MODIFICATIVA DO ACÓRDÃO DO APELO, ESTE TOTALMENTE PROVIDO. 1. Registrou-se ter razão o agravante, pois a execução de origem visa o pagamento de diferenças de verbas previdenciárias, e não remuneratórias, devendo ser aplicados à hipótese os arts. 1º-F da Lei nº 9.494/97, 1.062 do CC e 1º da Lei nº 4.414/64 quanto ao percentual dos juros de mora no período anterior a 2001, de 6% (seis por cento) ao ano. 2. Recurso de agravo admitido para retratação e acolhimento dos embargos de declaração com integração modificadora, passando o acórdão do apelo a ter a seguinte redação consolidada:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE DIFERENÇAS DE VERBAS PREVIDENCIÁRIAS. EXCESSO RECONHECIDO. APELO PROVIDO. Consoante a jurisprudência do STJ, "no período anterior à vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 tinha a seguinte redação: "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano". Tal disposição normativa, portanto, não se aplicava, à época, a pagamento de verbas previdenciárias, que se submetia, no particular, ao regime geral do direito civil (art. 1º da Lei 4.414/64, art. 1.062 do CC/16 e art. 406 do CC/2002), observado o princípio *tempus regit actum*. Somente após a vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 passou a regular os encargos incidentes "nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", estabelecendo que, "para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" (AGRESP 1200982, T1, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23/08/2012). 2. O percentual dos juros de mora adequado é de 6% (seis por cento) ao ano. 3. Reconhecido excesso quanto ao percentual dos juros de mora, quanto às diferenças discriminadas no período de fevereiro de 1996 a novembro de 1999, já que integralizadas em folha, sob pena de configurar *bis in idem*, e quanto aos honorários advocatícios, já que a sentença é clara ao assentar que eles incidirão no valor de 20% do valor da causa (R\$ 500,00), e não sobre o valor da condenação. 3. Apelo provido à unanimidade de votos, com o registro de que a totalidade das verbas efetivamente devidas devem ser corrigidas até o efetivo pagamento, ressalvados os descontos legais, invertido o ônus da sucumbência.

~

121
82

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 259295-4, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em admitir o recurso de agravo, retratar-se da decisão dos embargos de declaração e dar-lhes provimento, para reconhecer o total provimento do apelo, consoante consolidação integradora, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

122
2

**Recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 259295-4 -
Comarca do Recife**

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: Celecina Pereira do Nascimento.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa de minha lavra, que negou provimento aos anteriores embargos de declaração, assim lançada em sua parte decisória:

A decisão embargada é bastante clara quanto ao percentual dos juros de mora, assentando que "consoante a jurisprudência do STJ, "as normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1098892/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2011, com grifo para destaque).

Também registrou-se que na ação de origem os valores declarados como devidos remontam a no máximo novembro de 1999, sendo adequado, portanto, o percentual de 1% (um por cento) ao mês discriminado no cálculo da execução, decisão que entendo adequada à solução da controvérsia posta, sendo certo que o mais deve ser objeto de recurso adequado e subsequente.

Diante do exposto, nego provimento aos presentes embargos de declaração, não visualizando vulneração aos arts. 1.062 do CC e 1º da Lei nº 4.414/64 no caso concreto.

Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem. P. R. I. Recife, 20 de agosto de 2013

Segundo o agravante, esta decisão estaria a merecer retratação ou, em caso negativo, submissão ao colegiado competente para que possa ser reformada, pois, segundo alega, não teria se dado a devida interpretação aos arts. 1º-F da Lei nº 9.494/97, 1.062 do CC e 1º da Lei nº 4.414/64 quanto ao percentual dos juros de mora no período anterior a 2001, que deveria ser de seis por cento ao ano.

É o relatório.

~

VOTO

Melhor analisando o caso concreto em questão, observo que tem razão o agravante, pois o direito da aqui agravada é de percepção de diferenças de verbas previdenciárias, restando discussão acerca da taxa de juros a ser aplicada às parcelas retroativas devidas, se 6 (seis) ou 12% (doze por cento) ao ano.

O precedente citado na decisão agravada diz respeito ao pagamento de verbas remuneratórias, e não verbas previdenciárias, portanto inaplicável à hipótese, em que o percentual devido é realmente de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos da legislação de regência explicitada, confira-se o aresto do STJ adiante ementado, com reiterados precedentes citados:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. JUROS DE MORA. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. 1. No período anterior à vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 tinha a seguinte redação: "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano". Tal disposição normativa, portanto, não se aplicava, à época, a pagamento de verbas previdenciárias, que se submetia, no particular, ao regime geral do direito civil (art. 1º da Lei 4.414/64, art. 1.062 do CC/16 e art. 406 do CC/2002), observado o princípio *tempus regit actum*. Somente após a vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 passou a regular os encargos incidentes "nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", estabelecendo que, "para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança". 2. Agravo regimental a que se nega provimento (AGRESP 1200982, T1, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23/08/2012).

Com estas considerações, ao ponto que me retrato da decisão terminativa agravada, acolho os anteriores embargos de declaração para declarar, em integração modificativa ao acórdão do apelo, que:
a) onde se lê:

Consoante a jurisprudência do STJ, "as normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1098892/RS, Rel.

~

124
22

Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2011, com grifo para destaque).

b) leia-se:

Consoante a jurisprudência do STJ, "no período anterior à vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 tinha a seguinte redação: "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano". Tal disposição normativa, portanto, não se aplicava, à época, a pagamento de verbas previdenciárias, que se submetia, no particular, ao regime geral do direito civil (art. 1º da Lei 4.414/64, art. 1.062 do CC/16 e art. 406 do CC/2002), observado o princípio *tempus regit actum*. Somente após a vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 passou a regular os encargos incidentes "nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", estabelecendo que, "para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (AGRESP 1200982, T1, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23/08/2012).

c) e, onde se lê:

"2. Como os valores apontados como devidos remotam a no máximo novembro de 1999, adequado o percentual de 1% (um por cento) ao mês discriminado no cálculo da execução. 3. Reconhecido excesso quanto às diferenças discriminadas no período de fevereiro de 1996 a novembro de 1999, já que integralizadas em folha, sob pena de configurar bis in idem, e quanto aos honorários advocatícios, já que a sentença é clara ao assentar que eles incidirão no valor de 20% do valor da causa (R\$ 500,00), e não sobre o valor da condenação. 3. Apelo parcialmente provido e à unanimidade, para expungir do cálculo executivo o excesso reconhecido, relativamente às diferenças do período compreendido de fevereiro de 1996 a novembro de 1999, bem como ao valor dos honorários advocatícios, tudo devidamente corrigido até o efetivo pagamento, ressalvados os descontos legais, invertido o ônus da sucumbência",

d) leia-se:

"2. O percentual dos juros de mora adequado é de 6% (seis por cento) ao ano. 3. Reconhecido excesso quanto ao percentual dos juros de mora, quanto às diferenças discriminadas no período de

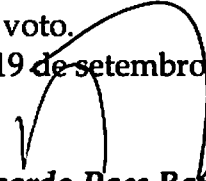
~

125
2

fevereiro de 1996 a novembro de 1999, já que integralizadas em folha, sob pena de configurar *bis in idem*, e quanto aos honorários advocatícios, já que a sentença é clara ao assentar que eles incidirão no valor de 20% do valor da causa (R\$ 500,00), e não sobre o valor da condenação. 3. Apelo provido à unanimidade de votos, com o registro de que a totalidade das verbas efetivamente devidas devem ser corrigidas até o efetivo pagamento, ressalvados os descontos legais, invertido o ônus da sucumbência".

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator